

# Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone

Eduardo F. Coutinho

Qualquer revisão crítica da Literatura Comparada em seu desenvolvimento histórico leva de imediato à percepção de que a disciplina sofreu, de meados dos anos 70 para o presente, considerável transformação, que poderíamos sintetizar, sem riscos de reducionismo, na passagem de um discurso coeso e unânime, com forte propensão universalizante, para outro plural e descentrado, situado historicamente, e consciente das diferenças que identificam cada *corpus* literário envolvido no processo da comparação. Embora essa transformação se tenha originado dentro do grande eixo dos estudos comparatistas, formado pela Europa Ocidental e a América do Norte, e se deva em boa parte à voga da Teoria Literária nesse período, máxime pela importância que adquiriram correntes do pensamento como o Desconstrutivismo, a Nova História e os chamados Estudos Culturais e Pós-Coloniais, ela teve como corolário o deslocamento do foco de atuação da disciplina para pólos até então tidos como marginais nesta seara, como a China e a Índia – na Ásia –, a África e a América Latina. É esta transformação verificada no seio do comparatismo tradicional e as implicações daí decorrentes, sobretudo no que diz respeito ao contexto latino-americano, que serão investigadas neste trabalho.

Marcada no início por uma perspectiva de teor historicista, calcada em princípios científico-causalistas, decorrentes do momento e contexto históri-

co em que se configurara, e em seguida por uma óptica predominantemente formalista, que conviveu, entretanto, com vozes dissonantes de significativa relevância, a Literatura Comparada atravessou seu primeiro século de existência em meio a intensos debates, mas apoiada em certos pilares, de tintas nitidamente etnocêntricas, que pouco se moveram ao largo de todo esse tempo. Dentre estes pilares, que permaneceram quase inabalados até os anos 70, é impossível deixar de reconhecer a pretensão de universalidade, com que se confundiu o cosmopolitismo dos estudos comparatistas, presente já desde suas primeiras manifestações, e o discurso de apolíticação apregoado sobretudo pelos remanescentes da chamada “Escola Americana”, que dominou a área nos meados do século XX. O primeiro expressa-se pelo anseio de que, a despeito da diversidade e multiplicidade do fenômeno literário, é possível constituir-se um discurso unificado sobre ele e de que a Literatura é uma espécie de força enobrecedora da humanidade, que transcende qualquer barreira; o segundo condensa-se em afirmações como a de que a Literatura Comparada é o estudo da Literatura, independentemente de fronteiras linguísticas, étnicas ou políticas, e que não deve portanto deixar-se afetar por circunstâncias de ordem, entre outras, econômica, social ou política.

Conquanto estes dois tipos de discurso apresentem, na superfície, variações, eles encerram, no íntimo, um forte denominador comum – o teor hegemônico de sua construção – e foi sobre este dado fundamental que se baseou grande parte da crítica empreendida a partir de então ao comparatismo tradicional. Em nome de uma pseudo-democracia das letras, que pretendia construir uma História Geral da Literatura ou uma poética universal, desenvolvendo um instrumental comum para a abordagem do fenômeno literário, independente de circunstâncias específicas, os comparatistas, provenientes na maioria do contexto euro-norte-americano, o que fizeram, conscientemente ou não, foi estender a outras literaturas os parâmetros instituídos a partir de reflexões desenvolvidas sobre o cânone literário europeu (e por europeu entenda-se o cânone constituído basicamente por obras literárias das potências econômicas do oeste do continente). O resultado inevitável foi a supervalorização de um sistema determinado e a identificação deste sistema – o europeu – com o universal. Do mesmo modo, a idéia de que a literatura deveria ser abordada por um viés apolítico – fato hoje sabidamente impossível – o que fazia era camuflar uma atitude prepotente de reafirmação da supremacia de um sistema sobre os demais.

O questionamento dessa postura universalizante e a desmitificação da proposta de apolíticação, que se tornaram uma tônica na Literatura Comparada a partir dos anos 70, atuaram de modo diferente nos centros hegemônicos e nos focos de estudos comparatistas que poderíamos chamar de periféricos, mas em ambos estes contextos verificou-se um fenômeno similar: a aproximação cada vez maior do comparatismo a questões de identidade

nacional e cultural. No eixo Europa Ocidental/América do Norte, o cerne das preocupações deslocou-se para grupos minoritários, de caráter étnico ou sexual, cujas vozes começaram a erguer-se cada vez com mais vigor, buscando foros de debate para formas alternativas de expressão, e nas outras partes do mundo clamava-se um desvio de olhar, com o qual se pudessem enfocar as questões literárias ali surgidas a partir do próprio *locus* onde se situava o pesquisador. A preocupação com a Historiografia, a Teoria e a Crítica literárias continuou relevante nos dois contextos mencionados, mas passou-se a associar diretamente à praxis política cotidiana. As discussões teóricas voltadas para a busca de universais deixaram de ter sentido e seu lugar foi ocupado por questões localizadas, que passaram a dominar a agenda da disciplina: problemas como o das relações entre uma tradição local e outra importada, das implicações políticas da influência cultural, da necessidade de revisão do cânone literário e dos critérios de periodização.

Este descentramento ocorrido no âmbito dos estudos comparatistas, agora muito mais voltados para questões contextualizadas, ampliou em muito o cunho internacional e interdisciplinar da Literatura Comparada, que passou a abranger uma rede complexa de relações culturais. A obra ou a série literárias não podiam mais ser abordadas por uma óptica exclusivamente estética; como produtos culturais, era preciso que se levassem em conta suas relações com as demais áreas do saber. Além disso, elementos que até então funcionaram como referenciais seguros nos estudos comparatistas, como os conceitos de nação e língua, foram postos por terra, e a dicotomia tradicionalmente estabelecida entre Literaturas Nacionais e Comparada foi seriamente abalada. A perspectiva linear do historicismo cedeu lugar a uma visão múltipla e móvel, capaz de dar conta das diferenças específicas, das formas disjuntivas de representação que significam um povo, uma nação, uma cultura, e os conjuntos ou séries literárias passaram a ter de ser vistos por uma óptica plural, que considerasse tais aspectos. Categorias como Literatura Chicana, Literatura Afro-Americana ou Literatura Feminina passaram a integrar a ordem do dia dos estudos comparatistas e blocos, como Literatura Oriental, Africana ou Latino-Americana, instituídos pelos centros hegemônicos, revelaram-se como constructos frágeis, adquirindo uma feição nova, oscilante em conformidade com o olhar que o enformasse.

O desvio de olhar operado no seio do comparatismo, como resultado da consciência do teor etnocêntrico que o dominara em fases anteriores, emprestou novo alento à disciplina, que atingiu enorme efervescência justamente naqueles locais até então situados à margem e agora tornados postos fundamentais no debate internacional. Nesses locais, onde não há nenhum senso de incompatibilidade entre Literaturas Nacionais e Literatura Comparada, o modelo eurocêntrico até então tido como referência, vem sendo cada vez mais posto em xeque, e os paradigmas tradicionais cedem lugar a construções

alternativas ricas e flexíveis, cuja principal preocupação reside na articulação da percepção dos produtos culturais locais em relação com os produtos de outras culturas, máxime daquelas com que a primeira havia mantido vínculos de subordinação. O desafio levantado por críticos como Edward Said e Homi Bhabha ao processo sistemático instituído pelas nações colonizadoras de “inventar” outras culturas alcança grande repercussão, ocasionando, em locais como a Índia, a África e a América Latina, reivindicações de constituição de uma História Literária calcada na tradição local, cujo resgate se tornara indispensável. O elemento político do comparatismo é agora não só assumido conscientemente, como inclusive enfatizado, e surge uma necessidade imperativa de revisão dos cânones literários.

Central dentro do quadro atual da Literatura Comparada, a “questão do cânone”, como tem sido designada, constitui uma das instâncias mais vitais da luta contra o eurocentrismo que vem sendo travada nos meios acadêmicos, pois discutir o cânone nada mais é do que pôr em xeque um sistema de valores instituído por grupos detentores de poder, que legitimaram decisões particulares com um discurso globalizante. Um curso sobre as “grandes obras”, por exemplo, tão freqüente em Literatura Comparada, quase sempre esteve circunscrito ao cânone da tradição ocidental (na realidade, à tradição de alguns poucos países poderosos do oeste europeu, que mantinham uma política cultural de cunho hegemônico), e sempre se baseou em premissas que ou ignoravam por completo toda produção exterior a um círculo geográfico restrito ou tocava tangencialmente nessa produção, incluindo, como uma espécie de concessão uma ou outra de suas manifestações. As reações a esta postura têm surgido de forma variada, e com matizes diferenciados dependendo do local de onde partem. Nos países centrais, é obviamente mais uma vez da parte dos chamados “grupos minoritários” que provêm as principais indagações, e, nos contextos periféricos, a questão se tornou uma constante, situando-se em alguns casos na linha de frente do processo de descolonização cultural.

Ampla, complexa e variada, a questão do cânone literário extrapola nossos objetivos neste trabalho, não podendo ser apreciada com o cuidado que requer, mas mencione-se que ela se estende desde a exclusão de uma produção literária vigorosa oriunda de grupos minoritários, nos centros hegemônicos, e do abafamento de uma tradição literária significativa, nos países que passaram por processos de colonização recente, como a Índia, até problemas relativos à especificidade ou não do elemento literário, dos padrões de avaliação estética e do delineamento de fronteiras entre constructos como Literaturas Nacionais e Literatura Comparada. Com a desconstrução dos pilares em que se apoiavam os estudos literários tradicionais e a indefinição instaurada entre os limites que funcionavam como referenciais, o cânone ou cânones tradicionais não têm mais base de sustentação, afetando toda a

estrutura da Historiografia, da Teoria e da Crítica literárias. Como construir-se cânones, seja na esfera nacional, seja na internacional, que contemplem as diferenças clamadas por cada grupo ou nação (entendendo-se este termo no sentido amplo utilizado por autores como Homi Bhabha), e como atribuir a estas novas construções um carácter suficientemente flexível que lhes permita contantes reformulações, são perguntas que se levantam hoje a respeito de terreno tão movediço. E é possível, se indagaria também, instituírem-se cânones com margens de flexibilidade, que não viessem a cristalizar-se, tornando-se novas imposições? Seriam estes ainda cânones?

Perguntas como estas encontram-se quase sempre sem resposta na agenda do comparatismo, sobretudo após o desenvolvimento dos chamados Estudos Pós-Coloniais e Culturais, que atacaram, com força jamais vista, o etnocentrismo da disciplina. A crítica a este elemento, expresso por meio de um discurso pretensamente liberal, mas que no fundo escondia seu teor autoritário e totalizante, já se havia iniciado desde os tempos de Welles e Etienne, e se lançamos uma mirada ao espectro de atuação da Literatura Comparada, veremos que ela sempre aflorou de maneira variada ao longo de sua evolução. Contudo, na maioria dos casos, essa crítica se manifestou à base de uma oposição binária, que continuava paradoxalmente tomando como referência o elemento europeu. Conscientes de que não se trata mais de uma simples inversão de modelos, da substituição do que era tido como central pela sua antítese periférica, os comparatistas atuais que questionam a hegemonia das culturas colonizadoras abandonam o paradigma dicotômico e se lançam na exploração da pluralidade de caminhos abertos como resultado do contacto entre colonizador e colonizado. A consequência é que ele se vê diante de um labirinto, hermético, mas profícuo, gerado pela desierarquização dos elementos envolvidos no processo da comparação, e sua tarefa maior passa a residir precisamente nessa construção em aberto, nessa viagem de descoberta sem marcos definidos.

Marcados profundamente por um processo de colonização, que continua vivo ainda hoje do ponto de vista cultural e econômico, os estudos literários na América Latina sempre foram moldados à maneira europeia, e basta uma breve mirada a questões como as que vêm sendo consideradas aqui de Historiografia, Teoria e Crítica literárias para que tal se torne evidente. No caso da primeira, é suficiente lembrar a periodização literária, que sempre tomou como referência os movimentos europeus, e mais recentemente também norte-americanos, e encarou os latino-americanos como meras extensões ou adaptações dos primeiros. No caso da Teoria, cite-se a prática dominante de importação de correntes emanadas do meio intelectual europeu, que adquiriam carácter dogmático e eram aplicadas de modo indiscriminado à realidade literária do continente, sem levar-se em conta em momento algum as diferenças de ordem histórica e cultural que distinguiam os dois contextos. E,

finalmente, no âmbito da Crítica, mencionem-se os parâmetros de avaliação, que sempre se constituíram à base das chamadas “grandes obras” da tradição ocidental (leia-se “européia”), e miraram as nossas como manifestações menores, cópias imperfeitas dos modelos instituídos. O cânone ou cânones literários dos diversos países latino-americanos eram constituídos por critérios estipulados pelos setores dominantes da sociedade, que reproduziam o olhar europeu, primeiramente ibérico, à época da colônia, e posteriormente, após a independência política, de outros países, mormente a França.

Embora, como contrapartida à sua própria condição colonial, a América Latina já tivesse desenvolvido, ao longo de todo esse tempo, uma forte tradição de busca de identidade, tanto na própria literatura quanto na ensaística, o comparatismo que se produzia no continente continuava, de maneira geral, preso quer ao modelo francês de fontes e influências, quer à perspectiva formalista norte-americana, que lhe imprimia esterilidade e ratificava sua situação de dependência. Com as mudanças, entretanto, efetuadas dos anos 70 para o presente, ele parece ter renascido das cinzas, e é hoje um dos focos de maior efervescência nos estudos latino-americanos. Associando-se à preocupação com a busca de identidade, agora já não mais vista por uma óptica ontológica, mas sim como uma construção passível de questionamento e renovação, a Literatura Comparada na América Latina parece ter assumido com firmeza a necessidade de focar a produção literária a partir de uma perspectiva própria, calcada na realidade do continente, e vem buscando um diálogo verdadeiro no plano internacional. Assim, questões como a do cânone e da história literária adquirem uma nova feição e os modelos teórico-críticos relativizam-se, cedendo lugar a uma reflexão mais eficaz.

A reestruturação do cânone ou cânones das diversas literaturas latino-americanas vem ocupando a cena com grande intensidade no meio acadêmico latino-americano, onde se clama cada vez mais a necessidade de inclusão de uma quantidade de registros até então marginalizados pelo discurso oficial: o das línguas indígenas ainda vivas, como o quíchua e o guarani, o da produção em *créole* do Caribe francês, o chamado popular, presente, por exemplo, no *corrido* mexicano ou no cordel brasileiro, e a tradição oral ou compilada, como a das lendas indígenas dos maias. Além disso, vem sendo argumentado que não podem ficar à margem produções como a das minorias hispânicas radicadas nos Estados Unidos, como os chicanos e os portorriquenhos e cubanos, ou os franceses do Québec, nem muito menos as vozes das “minorias de poder” dentro do próprio continente, como as dos grupos feministas, que têm desempenhado papel de relevo no processo de releitura crítica da cultura latino-americana. Do mesmo modo, a necessidade de constituição de uma nova historiografia literária, isenta das distorções tradicionais, em que a noção de “grande literatura” ou até mesmo de “literatura” *tout court*, seja problematizada, se faz cada vez mais premente, bem como a urgência de se

desenvolver uma reflexão teórica, que tome como ponto de partida ou de referência o *corpus* literário do continente.

Todas estas questões, que abordam as diferenças latino-americanas, revelam a ineficácia da transferência de paradigmas de uma cultura para outra. A própria idéia de “literatura nacional”, concebida no meio acadêmico europeu com base em noções de unidade e homogeneidade, não pode ser aplicada, de maneira desproblematizada, à realidade híbrida do continente latino-americano, onde, por exemplo, nações indígenas, como a Aymara, vivem divididas por fronteiras políticas instituídas arbitrariamente. Qualquer concepção monolítica da cultura latino-americana vem sendo hoje posta em xeque e muitas vezes substituída por propostas alternativas que busquem dar conta de seu caráter híbrido. Estas propostas, diversificadas e sujeitas a constante escrutínio crítico, indicam a pluralidade de rumos que o comparatismo vem tomando no continente, em consonância perfeita com as tendências gerais da disciplina, observáveis sobretudo nos demais contextos tidos até recentemente como periféricos. A Literatura Comparada é hoje, máxime nesses locais, uma seara ampla e movediça, com inúmeras possibilidades de exploração, que ultrapassou o anseio totalizador de suas fases anteriores, e se erige como um diálogo transcultural, calcado na aceitação das diferenças.

